

## ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de 2007, na sala de reuniões do CAP, Paranaguá - PR, às 09:00h, sob a presidência do Sr. Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros:** Rivaldo Pinheiro Dantas, Eduardo Requião de Mello e Silva, Daniel Lucio de Oliveira e Souza, José Baka Filho, André Agner Machado Martins, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Wilen Manteli, Edson César Aguiar, Osmar Petersen, Carlos Antônio Tortato, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Airton Galinari, Juarez Moraes e Silva, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa. **Convidados:** Representante da Capitania dos Portos do Paraná, Comandante de Mar e Guerra Marco Antonio do Amaral Silva; Representante da Receita Federal: Fernando Otávio Sottomaior Muller. I - **ABERTURA DOS TRABALHOS** - Palavra do Presidente. II - **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** Secretaria do Conselho - A Ata foi aprovada por unanimidade após considerações feitas pelo Conselheiro Edson, que solicitou a inclusão, naquele texto, o teor do seu pronunciamento, quanto à Ordem de Serviço 140/2007-APPA, quando afirmou que esta acarretará um aumento de aproximadamente R\$ 4 milhões nos custos da operação portuária de exportação de granéis. Por essa razão solicitou que, proporcionalmente, sejam diminuídos os valores da tarifa para essa operação. O Superintendente da Administração do Porto disse que, diante das manifestações do Conselheiro Edson e por entender que a operação portuária é de responsabilidade dos Operadores Portuários, a APPA poderá solicitar ressarcimento dos valores pagos, até então, aos seus servidores referentes aos serviços prestados, pela Autarquia e que eram de responsabilidade dos operadores. III - **ORDEM DO DIA; POSSES: Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários:** Representante Titular dos Trabalhadores Portuários Avulsos - Conselheiro **CARLOS ANTONIO TORTATO**; **Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins:** Representante Titular dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias - Conselheiro **JUAZES MORAES E SILVA**; Foram efetivadas as posses. Devido ao fato de o Conselheiro designado Wilson Moraes da Silva não haver tomado posse - como reconduzido - e não haver justificado sua ausência desde 28 de junho, data em que isso deveria ter acontecido, sua posse foi desaconselhada pelo Plenário, devendo ser reiniciado o processo de sua indicação, para compor este CAP; 1. **ASSUNTOS PENDENTES DE SOLUÇÃO REFERENTES À REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR** - Secretaria do Conselho; O Secretário informou que os assuntos pendentes da última Reunião Ordinária encontram-se pautados nos próximos itens desta reunião; 2. **ANÁLISE PRELIMINAR DE QUESTÕES RELACIONADAS À CONSTITUIÇÃO, REPRESENTATIVIDADE E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP** - Secretaria do Conselho; O Conselheiro Fayet mencionou que as Comissões Internas não se constituem numa invenção do CAP de Paranaguá, onde existem desde o princípio de seu funcionamento; que elas correspondem a uma tendência dos regimes democráticos, nos quais até os Parlamentos têm Comissões especializadas, que digerem os detalhes técnicos das propostas e apresentam um parecer para a deliberação do Plenário, e que as Comissões prestaram um grande serviço ao nosso CAP, haja vista o exemplo da recente Comissão Especial que analisou o Projeto de Dragagem. Mencionou, também, que o ex- Conselheiro Botto de Lacerda em reunião do CAP, anos atrás,

conforme registrado em Ata, defendeu a importância das Comissões como assessoras do Plenário, mas sem caráter deliberativo final, como é o caso das nossas Comissões Internas. Concluiu defendendo a existência das Comissões, conforme posição do Presidente Vasconcellos como instrumento de racionalização dos trabalhos do CAP. O **Conselheiro Michael Martins da Silva** manifestou-se informando que os armadores esperam a garantia de Assessoria Técnica nos trabalhos das Comissões Internas do CAP, algo que só poderia se realizar com a participação proativa da APPA. **Após breve discussão da matéria, o assunto foi colocado em votação tendo sido decidida a manutenção das Comissões Internas do CAP, devendo a sua reformulação, quanto à temática e aos seus integrantes, ser conduzida administrativamente mediante acordo entre os Blocos, sem a necessidade de reapresentação ao Plenário.** Votaram contra essa decisão o representante do Estado, Conselheiro Eduardo Requião de Mello e Silva e o Suplente do representante da APPA, Conselheiro André Agner Machado Martins; **3. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PDZPO, E PROGRAMA DE ARRENDAMENTO DE ÁREAS E INSTALAÇÕES DO PORTO DE PARANAGUÁ** – Secretaria do CAP; O **Conselheiro Eduardo Requião** comentou as intervenções do conselheiro Bósio sobre a discussão de atração de cargas e crescimento do Porto, mencionando que a APPA tem buscado elevar o nível dos debates na abordagem de grandes temas de relevância estratégica, como a Plataforma Aduaneira, as rotas de movimentação das cargas, a qualidade dos produtos operados pelo porto, e não temas pequenos e locais politizados. Em seguida o **Conselheiro Fayet** disse, que em respeito ao esforço do novo Presidente não iria responder às provocações apresentadas pelo Conselheiro Requião, criticando operadores, trabalhadores e usuários que dificultam a condução da administração do Porto, mas que iria falar sobre o Porto de Paranaguá que realmente existe e sobre as suas perspectivas. Apresentou alguns dados sobre a evolução do agronegócio brasileiro, tanto no que se refere ao crescimento dos volumes a exportar, mas principalmente sobre o processo de mudanças. Disse que as regiões Sul e Sudeste deverão sofrer mudanças qualitativas nas cargas a exportar, passando aceleradamente para a sofisticação dos produtos que tenderão a ser containerizados, salvo o álcool, que tenderá a utilizar o sistema de dutos. Disse, ainda, que as cargas a granel deverão acompanhar a nova geografia de produção do agronegócio nacional, ou seja, direcionar-se para o Norte e Oeste do País, buscando os sistemas portuários de São Luís e Belém, ou os portos da Bacia Amazônica, com ênfase nos portos de Santarém e Porto Velho. Destacou que a análise estatística dos últimos cinco anos já reflete esta clara tendência, pois além de tudo, cerca de 70% do mercado do agronegócio brasileiro está no Atlântico Norte e São Luís está a 4 dias a menos, em termos de navegação, em relação a esses mercados. Dessa forma, os portos do Paraná devem observar essas tendências e fazer o que Santa Catarina está fazendo, ampliando a base operacional para contêineres e, também observar a revolução logística que advirá brevemente com a ampliação operacional do Canal do Panamá. O **Conselheiro José Baka Filho** usou a palavra para elogiar a presença do Superintendente da APPA e Conselheiro representante do Estado, Eduardo Requião, nesta reunião do Conselho, que no seu entender sempre foi um fórum de debates, formado por profissionais competentes e aptos a debater, em nível elevado os assuntos constantes das pautas. Disse que sua presença representava uma importante participação no que diz respeito à troca de informações, mesmo porque essas reuniões são o momento em que se tem a oportunidade de ouvir a opinião dos representantes especialistas da comunidade portuária, num ambiente de discussões abertas, passíveis de idéias divergentes das suas. Acrescentou ser fundamental ter conhecimento de causa, nas questões em discussão e

solicitou que o Conselheiro Requião fosse cauteloso nas suas afirmações e aproveitasse esse fórum para conhecer os conceitos dos demais membros do Conselho, porquanto o objetivo destas reuniões é alcançar o bem comum, com o desenvolvimento a melhoria do Município, do Estado e do País. Enquanto o Conselheiro Baka fazia o seu pronunciamento, o Conselheiro Eduardo Requião levantou-se e deixou a sala de reuniões declarando que "não suportaria permanecer em ambiente de tamanha hipocrisia, exposto a ouvir desaforos". Após esse incidente, o Conselheiro Baka encerrou o seu pronunciamento, declarando que considerava o gesto uma falta de respeito e de consideração aos demais conselheiros presentes. O **Conselheiro Michael** informou sobre a realização de recentes estudos e palestras sobre o tema do iminente colapso portuário decorrente do atual déficit de 40% a 50% da capacidade operacional dos terminais marítimos de contêineres nos portos brasileiros. Disse que esse fato está gerando impactos diretos nos portos, o que se percebe pelos reduzidos índices de produtividade de forma geral, embora o problema esteja mais visível em Santos, Paranaguá e nos portos catarinenses, onde tem motivado aumentos significativos no tempo de espera dos navios aguardando atracação. Levando em conta os planos de expansão dos atuais terminais em operação como, também, as já publicadas notícias de novas obras portuárias voltadas para o modal contêiner, o referido déficit deverá continuar até 2010 quando um projetado movimento nacional de nove milhões de TEU's será atendido por uma capacidade consolidada de apenas seis milhões de TEU's. Face a esse prognóstico, o Conselheiro Michael enfatizou da necessidade de revisões urgentes de todos os PDZPO's dos portos brasileiros de movimentação estratégica de contêineres, a fim de garantir a disponibilização de reservas para construção oportuna de novos berços e pátios. Visando a encontrar uma solução que equilibre o déficit entre capacidade e demanda até o ano 2010, o Conselheiro Michael citou da necessidade da construção urgente, no país, de 3.700 metros de acostagem nova e de 170 hectares de área adicional nos terminais molhados dos portos das regiões Sudeste e Sul. Deste total, o Porto de Santos figura com a carência de 2.000 metros de novos berços e de 100 hectares de pátios de armazenagem de contêineres na área primária. **Conselheiro Juarez** - Cumprimentou a todos os presentes e se declarou honrado em retornar ao Conselho, desta vez indicado pela ACIAP, compondo o Bloco dos Usuários. Lembrou que, nos últimos 7 anos, por 5 esteve neste Conselho e, nos últimos 2, no CAP de Antonina. Essa experiência acumulada, o fez reconhecer a importância e relevância desta Instituição no trato das questões portuárias, refletindo e repercutindo as demandas da Comunidade, para, de forma articulada e integrada, com as Autoridades Portuária e Marítima, buscar construir um Projeto de Desenvolvimento do Sistema Portuário do Paraná. Em relação ao PDZPO, concorda com a manifestação da Conselheira Maria do Socorro, quanto à necessidade de uma atualização do Plano, uma vez que desde 2002 ele não sofre atualizações, principalmente incluindo o Projeto de Pontal, nas discussões e integrando o PDZPO de Antonina, recém concluído. Defende que o instrumento do PDZPO será o mais adequado para desenhar os Portos do Paraná do futuro e prepará-los para enfrentar a concorrência direta de Santa Catarina, Santos e Itaguaí. Disse que o tempo conspira de forma contrária, uma vez que a Portonave, em Navegantes, está prestes a entrar em operação este ano; que Itapoá iniciou as obras do cais, com previsão de conclusão nos próximos 2 anos, e que o Governo de Santa Catarina lançou o Edital da Estrada. Itapoá será o maior concorrente dos Portos do Paraná, por atuar na mesma área de influência com um Terminal Privativo de Uso Misto, competindo com os terminais de uso público, instalados no Paraná. Da mesma forma Santos continua a investir. Sugere que se dê prioridade máxima para esta discussão, aproveitando as propostas de

investimento para o setor vindas do Governo Federal, através do PAC, como os casos do cais oeste e da dragagem, e do PAC Estadual com investimentos totais de mais de 900 milhões de reais. Acredita que se deve fazer um chamamento aos investidores privados no sentido de efetuarem novos aportes de capital, no porto, criando um PAC PORTUÁRIO, que trate da expansão do sistema, tanto em terra, quanto no mar. Quanto à pergunta do Presidente Vasconcellos, informa que o Terminal de Contêineres de Paranaguá tem uma taxa de ocupação de berços acima de 90%, refletindo o cenário nacional, que aponta para um "apagão" logístico. Destaca que o Produto Logístico Paranaguá é um dos melhores da América Latina com potencial para ser a principal alternativa de Porto concentrador de cargas do Sul das Américas, o que é seu sonho. Destacou como tarefa de todos, despolitizar as questões e respeitar as diferenças, fazendo prevalecer o interesse público sobre o particular.

**4. ANÁLISE PRELIMINAR DE QUESTÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE REAJUSTE DAS TARIFAS PORTUÁRIAS DA APPA (Ofício n.º 332/07 - ANTAQ) - Secretaria do CAP;** O **Conselheiro Fayet** relatou as negociações que vêm sendo tentadas pela Comissão Portos da Ação Empresarial com a ANTAQ, desde o início do ano, para mudar os procedimentos com relação à avaliação dos reajustes tarifários. A proposta da CNA, encampada pela Comissão Portos, é de que, uma vez concluídos os estudos técnicos, a ANTAQ fizesse uma apresentação no respectivo CAP, de maneira a ouvir peculiaridades locais, até para evitar erros de avaliação, dada a distância que a Agência tem em relação aos problemas locais. Como o Brasil é um país imenso e cheio de assimetrias, esta seria a fórmula técnica mais adequada para se aprimorar, de maneira contínua, o processo de revisões tarifárias, evitando confrontações sobre fatos consumados, que levam a grandes desgastes e inclusive procedimentos judiciais. A ANTAQ, soberanamente rejeitou a idéia.

**Conselheiro Daniel** - replica a afirmação do conselheiro Fayet sobre uma possível negligência da APPA no tema tarifas portuárias. Disse que desde Janeiro de 2006 a Administração encaminhou o assunto para discussão, uma vez que a tarifa então vigente deveria expirar em Dezembro daquele ano. O CAP, à época, devolveu o estudo que lhe foi encaminhado, informando que a APPA deveria encaminhar o assunto à ANTAQ, o que foi feito no decorrer daquele ano. No final de 2006 não houve reunião da Diretoria Colegiada da ANTAQ, tendo sido recomendado ao CAP a prorrogação das tarifas em vigor até a finalização do trâmite do processo naquela Autarquia, em Brasília, o que foi acatado e deliberado na reunião do CAP, de dezembro daquele ano. Afirmou também que em Janeiro de 2007 a ANTAQ após ouvir o Ministério da Fazenda, pela sua Resolução nº 715, aprovou a incorporação do tarifário até então praticado e o reajustou em 21,3%, este último a ser homologado pelo CAP, o que não ocorreu até hoje e que continua pendente de deliberação. Pediu ao Plenário que fosse aprovada a já mencionada Resolução da ANTAQ. Repeliu as afirmações dos conselheiros Fayet e Mantelli fazendo ilações com negligência ou incompetência dos técnicos da Administração Portuária, uma vez que, um ano antes, a APPA já buscava discutir o tema e o CAP abdicou de fazê-lo à época. Repeliu também as afirmações do Conselheiro Mantelli de que as contas da APPA são "caixa-preta", afirmando que são contas públicas, auditadas pelos Tribunais de Contas do PR, da União, e pela própria ANTAQ, além de a contabilidade do Porto estar à disposição, a qualquer tempo, dos Conselheiros. O **Conselheiro Michael** manifestou-se informando que os armadores só poderão concordar com qualquer aumento das tarifas portuárias após estudo profundo do resultado operacional do último exercício, os custos atuais das fainas cujas tarifas pretendem aumentar, bem como detalhes da aplicação do produto deste eventual aumento de arrecadação. O **Presidente** lembrou que o retorno do assunto à pauta foi motivado pelo

recebimento do Ofício 332/07 de Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Nesse Ofício a ANTAQ recomenda que a APPA envie ao CAP um pedido de reconsideração quanto à não aplicação do reajuste da tarifa autorizada por aquela Agência, e que sejam apresentados eventuais estudos posteriores que possibilitem deliberar sobre o assunto, já na próxima reunião do Conselho. **5. ANÁLISE PRELIMINAR DE QUESTÕES RELACIONADAS À MEDIDAS DE INCENTIVO À MOVIMENTAÇÃO DE CARGA GERAL NO PORTO DE PARANAGUÁ (Ofício n.º 024/2007 - Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga dos Portos do Estado do Paraná) - Conselheiro Carlos Antonio Tortato; Conselheiro Juarez** - Disse que o segmento de contêineres oferece muitos empregos, sendo que 25% do MMO de todo o sistema portuário de Paranaguá é gerado pela atividade contêineira. Sugere acompanhando o pensamento da conselheira Maria do Socorro, sem descartar as ações e as iniciativas sugeridas pelo Conselheiro Tortato, sobre como gerar mais postos de trabalho que seja feito um forte programa de requalificação dos trabalhadores avulsos, de forma a acompanharem o desenvolvimento tecnológico, com vista a ocuparem a lacuna deixada pelas atividades em processo de extinção, conforme demonstrado no relatório apresentado pelo Sindicato dos Consertadores. Outra iniciativa indispensável seria adotar o quanto antes a multifuncionalidade entre as diversas categorias, o que possibilitaria realocar os trabalhadores, dando oportunidade a todos de um trabalho justo e bem remunerado, pois o trabalhador que fez deste porto o que é, deve ser preservado e valorizado. Após manifestações do Conselheiro Airton Galinari sobre pranchas e multas sobre baixa produtividade aplicadas pela APPA nos embarques de granéis sólidos, bem como do Conselheiro Tortato sobre motivos e problemas que ocasionam a possível evasão da carga geral do porto, o Presidente do Conselho solicitou a colaboração dos integrantes do CAP para a realização do levantamento desses problemas com relatórios, estatísticas, etc., inclusive com o auxílio e informações da própria APPA, através do Conselheiro Daniel. O **Conselheiro Carlos Alberto**, como relator da Comissão de Operações, se coloca à disposição para colaborar e coordenar esses trabalhos. Gostaria de ajudar a encontrar solução não só para os problemas gerados com a aplicação de multas sobre produtividade nas cargas embarcadas pelo Corredor de Exportação, mas também para as penalidades aplicadas nas operações de descarga de fertilizantes e de carregamento de carga geral, especialmente de açúcar ensacado. Tais multas servem apenas para onerar, ainda mais, os custos operacionais dessas cargas e não propiciam qualquer solução para o problema existente. Por proposta do Presidente foi considerada examinada a solicitação, ficando acertado que a APPA se reunirá com o segmento dos Trabalhadores Portuários, tendo sido convidados a participar dessa negociação os Conselheiros Bósio (autor da proposta de criação da Comissão de Atração de Cargas) e Juarez, que considera não serem as operações com contêineres excludentes da utilização dos TPA's. Durante a discussão foi levantada a questão da produtividade do Corredor de Exportação, ficando acertado que a APPA também se reunirá com os segmentos envolvidos, para encontrar uma forma de elevar a produtividade do Corredor, evitando com isso a excessiva ocorrência de aplicação de multas. **6. AGENDA PROPOSITIVA DA APPA (Correspondência eletrônica encaminhada em 14/09/07, pelo Conselheiro Daniel Lucio Oliveira de Souza)** Conselheiro Daniel Lucio Oliveira de Souza; **Em face do adiantado da hora, o Conselheiro Suplente do Governo do Estado, Daniel Lúcio Oliveira de Souza, leu para o plenário a relação de assuntos que a APPA considera relevante discutir nas próximas reuniões do CAP, como uma proposta de Agenda Propositiva:** a) Adequação da relação do Operador Portuário em Silos Públicos; b) Reavaliação das Ordens de Serviço revogadas pelo CAP; c) Entrega dos Trabalhos de

recuperação do ship loader 02 por parte dos operadores portuários; d) Tarifa Portuária - reajuste; e) Clube de serviço ambiental; f) Certificação de Qualidade das Mercadorias; g) Fiscalização do trabalho avulso; h) Implantação do Business Center; i) Reformulação da estrutura administrativa da APPA. **IV - EXPEDIENTE: 1 - COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS: a) Relatório Operacional da APPA b) Relatório de Atividades do OGMO c) Correspondências Expedidas e Recebidas; V - ASSUNTOS GERAIS: Conselheiro Daniel** - Para finalizar, informou ao Plenário, fazendo menção especial aos comentários do Conselheiro Bósio, sobre atração de cargas, que havia, naquele momento, dois fatos que demonstram que enquanto a APPA busca atrair cargas com a construção de infra-estruturas, alguns líderes sindicais buscavam impedir o seu crescimento. Citou a ação judicial promovida pelo conselheiro Wilson Moraes da Silva, presidente do Sintraport, para embargar a construção do novo pátio de veículos na área frontal ao Centro Administrativo do Porto e, além disso, o ofício em que este pede licença à Administração para fazer manifestação com fogos de artifício em frente ao prédio da sede da Autarquia, de um movimento criado por eles chamado de "Não Deixe o Porto Morrer", programado para o dia 21 próximo. O Conselheiro Daniel entregou ao Presidente um levantamento fotográfico de manifestação anterior, no qual podem ser vistos, entre os participantes, alguns membros do CAP, o que demonstra que há uma incoerência nos discursos feitos por esses Conselheiros no Plenário do Conselho e nas suas práticas provocativas do dia-a-dia. Ficou, ainda, acertado o agendamento para a próxima R.O. de uma apresentação a ser feita pelo Conselheiro André Agner Machado Martins, Suplente do representante da APPA, sobre o Clube de Serviços de Meio Ambiente. O **Conselheiro Michael** manifestou-se informando do decurso de período de 60 dias da implementação das Janelas de Atracação, no Porto de Paranaguá, registrando o sucesso da iniciativa por ter reduzido o tempo de espera dos navios, nos meses de julho e agosto, em 57% e 50%, respectivamente, com relação aos mesmos meses do ano passado e parabenizando os segmentos envolvidos. Sobre futuros planos de dragagem, voltados a atender, com segurança, às novas gerações de navios porta-contêiner de até 300 metros de comprimento e 43 metros de boca, previstos para entrarem em serviço nos portos brasileiros até 2009, salientou a necessidade de realizar estudos técnicos visando a estabelecer novos patamares de largura, de profundidade do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto de Paranaguá. O **Presidente Vasconcellos** esclareceu que, na primeira fase do Programa de Dragagem elaborado para o porto de Paranaguá, esta se concentrará no alargamento dos canais e bacias, bem como na retomada dos 14 metros de profundidade. O aprofundamento será uma fase posterior. O **Conselheiro Manteli** discordou, achando que 15 metros é a mínima profundidade necessária para o Porto. O **Conselheiro Michael** discordou de ambos e defendeu a necessidade de se perseguir a meta de uma profundidade mínima aceitável de 16 metros, para elevar a candidatura do Porto de Paranaguá a porto concentrador de carga, ou "hub port", da região Sul.

**Conselheiros:**

Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos \_\_\_\_\_

Rivaldo Pinheiro Dantas \_\_\_\_\_

Eduardo Requião de Mello e Silva \_\_\_\_\_

Daniel Lucio de Oliveira e Souza \_\_\_\_\_

José Baka Filho \_\_\_\_\_

André Agner Machado Martins \_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Silveira Calvo \_\_\_\_\_  
Michael Martins da Silva \_\_\_\_\_  
Sandro Flores Monteiro \_\_\_\_\_  
Wílen Manteli \_\_\_\_\_  
Edson César Aguiar \_\_\_\_\_  
Osmar Petersen \_\_\_\_\_  
Carlos Antônio Tortato \_\_\_\_\_  
Maria do Socorro de Oliveira \_\_\_\_\_  
Zuffiro Antonio Bósio \_\_\_\_\_  
Ismael Alves Pires Neto \_\_\_\_\_  
Luiz Antonio Fayet \_\_\_\_\_  
Aírton Galinari \_\_\_\_\_  
Juarez Moraes e Silva \_\_\_\_\_  
Sidney Pinto \_\_\_\_\_  
José Roberto Almeida Corrêa \_\_\_\_\_

**Convidados:**

CPPR - CMG Marco Antonio do Amaral Silva \_\_\_\_\_

Receita Federal: Fernando Otávio Sottomaior Muller \_\_\_\_\_